



SUMÁRIO

Introdução	23
I. Apresentação do objeto da investigação e esclarecimentos terminológicos	23
II. Delimitação do objeto de análise	26
III. Potenciais contribuições do modelo a ser desenvolvido	27
IV. Método e plano de trabalho	28

PARTE I

FATORES JURÍDICOS E EXTRAJURÍDICOS: A INCAPACIDADE DE DETERMINAÇÃO DO COMPORTAMENTO JUDICIAL PELO DIREITO

Capítulo 1 – Os principais modelos descritivos do comportamento judicial	37
1.1. O modelo legalista	40
1.1.1. A insuficiência descritiva do modelo legalista	42
1.1.1.1. A leitura moral da constituição	43
1.1.1.2. O pragmatismo jurídico	45
1.2. O modelo atitudinal	48
1.2.1. As espécies de modelo atitudinal	52

1.2.2.	Análise crítica	53
1.2.2.1.	A descaracterização do papel do direito e a sobrevalorização da influência da política	53
1.2.2.2.	A seletividade das evidências e a limitação da análise focada nos resultados	54
1.2.2.3.	Os pressupostos simplistas sobre a maximização judicial	56
1.2.2.4.	As limitações da perspectiva externa	57
1.3.	O modelo estratégico	59
1.3.1.	As espécies de atuação estratégica	63
1.3.2.	Análise crítica	65
1.4.	As abordagens neoinstitucionalistas	67
1.4.1.	As abordagens histórico-interpretativas	70
1.4.1.1.	A abordagem do “Regime Político”	74
1.4.1.2.	A “Teoria Interpretativo-estrutural”	75
Capítulo 2 – O modelo jurídico multifatorial		79
2.1.	Considerações prévias	79
2.2.	Pressupostos para o desenvolvimento do modelo	81
2.2.1.	Pressuposto subjetivo	82
2.2.2.	Pressuposto objetivo	86
2.3.	Os enunciados probabilísticos	88
2.3.1.	Enunciados probabilísticos estruturais	89
2.3.1.1.	Distinção quanto ao grau de determinação dos elementos fáticos e jurídicos	90
2.3.1.2.	Distinção quanto às características marcantes da controvérsia judicial	96
2.3.1.2.1.	Os casos de alto impacto político, social e/ou econômico	99

Capítulo 3 – O material jurídico convencional 105

3.1. A legislação	105
3.1.1. A Constituição brasileira de 1988	108
3.2. A doutrina	111
3.2.1. Análise do contexto brasileiro contemporâneo	118
3.3. A jurisprudência	123
3.3.1. O contexto judicial brasileiro	126
3.4. Indícios da influência de fatores jurídicos e extrajurídicos: análise comparativa das cortes supremas do Brasil e dos EUA	131

PARTE II

FATORES ENDÓGENOS: A INFLUÊNCIA DAS PREDISPOSIÇÕES, PREFERÊNCIAS E INTERESSES NO COMPORTAMENTO JUDICIAL

Capítulo 4 – Fatores cognitivos: a influência das predisposições 139

4.1. Os sistemas intuitivo e deliberativo	140
4.2. A influência de vieses cognitivos	143
4.2.1. O viés implícito	144
4.2.2. O viés de confirmação	146
4.2.3. As ilusões cognitivas	150

Capítulo 5 – Fatores ideológicos: a influência das preferências pessoais 155

5.1. A influência de “preferências substanciais”	160
5.1.1. As investigações empíricas nos tribunais dos EUA	166
5.1.2. As investigações empíricas no âmbito do STF	172
5.2. A influência de “preferências formais”	182

Capítulo 6 – Fatores de interesse: a influência de expectativas baseadas em interesses pessoais 191

- 6.1. Interesses pecuniários e não pecuniários 193
- 6.2. A maximização da reputação positiva 196
 - 6.2.1. Interesse instrumental e pessoal 197

PARTE III

FATORES EXÓGENOS: A INFLUÊNCIA DAS ESTRUTURAS SOCIAIS, CULTURAIS E INSTITUCIONAIS

Capítulo 7 – Fatores sociais: a influência do “background” social dos juízes 203

- 7.1. A influência da formação social 205
 - 7.1.1. A filiação político-partidária 205
 - 7.1.2. A filiação religiosa 206
 - 7.1.3. A classe social 207
- 7.2. A influência de experiências pessoais e profissionais 210
 - 7.2.1. A influência das experiências profissionais anteriores no comportamento dos Ministros do STF 211

Capítulo 8 – Fatores culturais: o papel conformador das tradições culturais 215

- 8.1. Aspectos culturais marcantes da sociedade brasileira 216
 - 8.1.1. Dualismo *versus* intermediação: A valorização do intermediário e o “jeitinho brasileiro” 217
 - 8.1.2. Igualdade *versus* hierarquia: a mentalidade hierárquica do brasileiro 222
 - 8.1.3. Impessoalidade *versus* personalismo: o “homem cordial” 224

8.1.4. O público e o privado: A força do patrimonialismo na tradição cultural brasileira	226
--	-----

Capítulo 9 – Fatores interpessoais: a influência das plateias relevantes para os juízes 231

9.1. As plateias internas	235
9.1.1. A comunidade jurídica	236
9.1.2. Os colegas de tribunal	239
9.1.2.1. Fatores cognitivos grupais: os efeitos do colegiado	241
9.2. As plateias externas	250
9.2.1. Os atores sociais	252
9.2.2. Os atores políticos	255
9.2.3. A mídia	257
9.2.3.1. O STF e a mídia	261
9.2.4. A opinião pública	268
9.2.4.1. A Suprema Corte dos EUA e a opinião pública	269
9.2.4.2. O STF e a opinião pública	275

Capítulo 10 – Fatores institucionais: a influência do contexto normativo-institucional 281

10.1. As normas internas	282
10.1.1. O controle sobre a própria agenda	283
10.1.1.1. A definição da agenda na Suprema Corte dos EUA	283
10.1.1.2. A definição da agenda no STF	285
10.1.2. A carga de trabalho	289
10.1.2.1. A sobrecarga de trabalho no STF	290

10.1.3. A forma de escolha do presidente do tribunal e do relator	295
10.1.3.1. Os procedimentos adotados na Suprema Corte dos EUA	297
10.1.3.2. Os procedimentos adotados no STF	299
10.1.4. A ordem de votação	300
10.1.5. A forma de deliberação interna	304
10.1.5.1. O modelo deliberativo da Suprema Corte dos EUA	306
10.1.5.2. O modelo agregativo do STF	308
10.2. As normas externas	311
10.2.1. O sistema de separação dos poderes	311
10.2.1.1. O comportamento estratégico na Suprema Corte dos EUA	314
10.2.1.2. O comportamento estratégico no STF	318
10.2.2. As garantias institucionais e funcionais	323
10.2.2.1. A autonomia dos membros da Suprema Corte dos EUA	326
10.2.2.2. As ameaças à autonomia política do STF	328
10.2.3. A forma de recrutamento	333
10.2.3.1. O modelo estadunidense e a tese do “regime dominante”	335
10.2.3.2. Os modelos de recrutamento adotados no Brasil	339
10.2.3.2.1. Fatores tendentes a influenciar a escolha dos membros do STF	342
10.2.3.2.2. A postura do STF perante o Governo	345
10.2.4. O grau de exposição pública das deliberações intracorte	354

10.2.4.1. O “mundo secreto” da Suprema Corte dos EUA	355
10.2.4.2. A alta exposição pública das deliberações do STF	356
10.2.5. O apoio do público	359
10.2.5.1. A Suprema Corte e a “hipótese da legitimidade institucional”	364
10.2.5.2. O STF e o apoio do público	365
Capítulo 11 – Conclusão	369
11.1. Modelo jurídico multifatorial	370
11.1.1. Enunciados probabilísticos	371
11.2. Mecanismos de controle	384
Capítulo 12 – Referências	387